



Grupo Parlamentar

Fornecimento do Serviço Público de Transportes Marítimos de Passageiros e Viaturas entre as Ilhas da Região Autónoma dos Açores, promovido pela ATLANTICOLINE.

Proposta de Resolução – Pedido de Auditoria do Tribunal de Contas
Intervenção:

Jorge Macedo – Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Horta, 15 de Março de 2006

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Faz hoje precisamente 9 meses que o PSD, nesta Assembleia afirmou que, “quando uma boa ideia é, na terreno, mal concretizada, normalmente diz-se que se **perdeu uma boa oportunidade.**”

Que “quando uma boa ideia é, no terreno, malbaratada, dizemos no mínimo – **que pouca sorte!**”

Mas “quando, em política, uma boa ideia é, no terreno, atamancada **entra ano sai ano**”, perguntava eu na altura – e perguntam muitos açorianos, porque é que insistem?”

Na altura V. Exas. numa evidente “fuga para a frente” anunciaram, **pela “enésima” vez**, que os problemas com o transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas já estavam resolvidos, porque o Governo ia comprar barcos “novos a estrear”.

Dissemos na altura que se tratava claramente de uma “fuga para a frente” e que V. Exas. estavam, como se diz na gíria, a “empurrar os problemas com a barriga”.

O tempo, infelizmente, deu-nos razão. Reafirmo **infelizmente**, porque o PSD não tem dúvidas, que o Sistema de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Inter-Ilhas, não só tem “pernas para andar”, como pode representar uma **importante mais valia para a mobilidade e unidade dos açorianos.**

No último mês e meio os açorianos foram confrontados com uma série de notícias que vieram a público e que revelam, **no mínimo**, que o Governo ainda não conseguiu “acertar o passo”.

Os factos publicamente conhecidos demonstram que V. Exas., quando quiseram **dar a ideia de que iam começar de novo, voltaram a baralhar-se completamente.**

Não deixa de ser **muito estranho** que, um concurso público com enorme relevância para os Açores e para os açorianos, apenas consiga motivar um concorrente, quando foi anunciado que muitas empresas estavam interessadas e que tinham inclusivamente adquirido o caderno de encargos.

O que é que afastou todos os outros? Ou o que é que motivou ou obrigou o **único** concorrente?

Não deixa de ser **muito estranho** que, depois de aceite a **única** proposta, esta tenha sido rejeitada porque não cumpria uma obrigação do Caderno de Encargos, nomeadamente o “Certificado de classe de um dos navios, emitido por uma sociedade classificadora membro da IACS (International Association Classification Society) . Era a **única** não cumprida.

Até por isso, não deixa de ser **muito estranho** que, decidido que foi a passagem ao procedimento por “negociação”, a **única** obrigação alterada no Caderno de Encargos seja a **única** que não era cumprida pelo **único** concorrente excluído no Concurso.

Vamos ver se nos entendemos! O que V. Exas. fizeram foi alterar a **única** obrigação que o **único** concorrente não cumpria.

Se esta obrigação era importante devia ser mantida, se não era, já não devia estar nas obrigações iniciais.

Estranho é também que, ao alterarem uma condição essencial do concurso, nomeadamente a certificação dos navios, V. Exas. tenham dado um **prazo de uma semana e meia** para, as empresas que adquiriram o Caderno de Encargos, apresentarem novas propostas. Uma semana e meia para disfarçar ou “branquear” o quê?

Como é natural, e aqui já **não é de estranhar** que, com este prazo, 10 dias, apenas e só 1 empresa, a **mesma**

empresa, apresentasse a mesma proposta. A proposta que foi rejeitada no concurso inicial.

Mas volta a ser, no mínimo, muito estranho que o custo anual das indemnizações compensatórias, a pagar pela Região, seja agora mais do que o dobro das que foram pagas anualmente nos últimos 7 anos.

Passados 7 anos V. Exas. ainda não sabem bem o que é que querem. Passados 7 anos V. Exas. não conseguem construir um modelo consistente e credível para o **transporte marítimo de passageiros inter-ilhas.**

Começar agora de novo com tanta barafunda, trapalhada e ziguezagues traduz, “ao vivo e a cores”, que o Governo Regional ainda não percebeu que não basta ter uma boa ideia, é sobretudo preciso saber concretiza-la, porque trata-se de gastar o nosso dinheiro, o dinheiro dos açorianos.

A “novela dos barcos”, repetida ano após ano, agora, por via de um concurso mal construído, penaliza os açorianos e responsabiliza V. Exas. como os únicos e inteiros responsáveis pelo “feito fantástico”, de, pela falta de jeito

“estragarem” uma boa ideia e pior do que isso insistirem e persistirem em **acumular erros atrás dos vossos erros**.

V. Exas. têm de uma vez por todas de decidir se querem que o transporte marítimo de passageiros seja uma aposta para ganhar ou se preferem, pelo contrário, passados 7 continuar a malbaratar o nosso dinheiro num **Sistema construído com ligeireza, improviso e um amadorismo que “já não se usa”!**

Já não vos serve de nada disfarçar, ou tentar disfarçar, que o “desastre” do Transporte Marítimo de Passageiros Inter - Ilhas não existe.

Não só existe, foi um desastre, mas mais grave ainda é que, quando tiveram oportunidade de “emendar a mão”, arranjam uma “confusão pegada”.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Já foi perdido tempo demais. Já foram gastos muitos milhões de euros, num serviço que acumulou problemas atrás de problemas. **Agora que se proponham começar de novo, mais não conseguem senão tropeçar nos problemas que só V. Exas. criam.**

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD, dando sequência efectiva a todas as dúvidas, contradições e ziguezagues processuais, **propõe que esta Assembleia solicite à Secção dos Açores do Tribunal de Contas uma auditoria ao processo de concurso** e sequente procedimento por negociação, sem publicação prévia de anúncio, para a adjudicação do fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, promovido e concretizado pela “Atlânticoline S.A.”, cujo capital social é integralmente detido pela Portos dos Açores, SGPS, S.A., holding pública regional para o sector marítimo e portuário.

O PSD exige que todo este “nublado” e “nebuloso” processo seja completamente esclarecido.



Grupo Parlamentar

Já não vos concedemos o benefício da dúvida, agora queremos que o Tribunal de Contas audite toda esta a “confusão”.

Disse.